

Brasil duplo Estado

Luiz Marques

14/07/2025

Nos últimos dez anos, o Congresso Nacional marchou celeremente para a configuração de um duplo Estado e estabeleceu uma dualidade de poder no país. O presidencialismo tornou-se refém dos que agem com um juízo de oportunidade para benefício próprio. A política cedeu às conveniências para a reeleição das excelências à Câmara e ao Senado, com vultosos recursos públicos para fidelizar as autoridades municipais. O *impeachment* sem crime de responsabilidade impulsionou um vale tudo e disseminou o joio, sem que a mídia corporativa tratasse o *dual State* na forma de um escândalo.



A derrisão moral da *Rede Globo* e satélites regionais guiou as demais emissoras. O dogma do livre mercado impôs vistas grossas às imoralidades e às ilegalidades. A leniência agravou os sacrifícios sociais, a precarização, a superexploração e as terceirizações dos trabalhadores. Derrotar o governo, embora o aceite do famigerado “arcabouço fiscal”, é o próximo passo para instaurar uma distopia.

As ignomínias

As emendas parlamentares sempre existiram para reforçar a negociação entre o Executivo e o Legislativo. Permitiam ao governo decidir sobre a liberação das verbas em momentos estratégicos para obter aprovação às suas pautas, no plenário. O jogo ocorria dentro da normalidade e ajudava a implementar promessas de campanha vitoriosas a cada quadriênio, garantindo a governabilidade.

No início do segundo mandato de Dilma Rousseff contestado pela oposição tucana a coisa muda. Em março de 2015, o Congresso aprova a Emenda Constitucional 86 para execução das emendas individuais, com 1,2% da Receita Corrente Líquida do ano anterior; metade na Saúde. O governo ainda no controle da liberação de recursos. No conto holandês, o menino tapa um buraco no dique com o dedo para salvar a cidade; aqui, faltou o herói para a contenção das “emendas impositivas”.

No mandato do capitão do caos, em junho de 2019, o Congresso repica a Emenda Constitucional 100 para aplicação obrigatória das emendas de bancada estadual, metade da dotação destinada a Obras. Em setembro, assente a Emenda Constitucional 102 para que a União divida com os entes federados o dinheiro a ser obtido com o leilão dos excedentes do pré-sal e cria regras para obras que recebam recursos por mais de um

exercício financeiro. O dique da decência e da vergonha estoura.

Em outubro, o Congresso anui a Lei de Diretrizes Orçamentárias com os cânones do ordenamento draconiano (Emendas 86, 100, 102) para empoderar emendas do relator-geral do Orçamento e das comissões permanentes. Em novembro, o presidente-laranja sanciona a LDO e simula um “não” às emendas compulsórias do relator e das comissões. Os congressistas reagem e o frouxo mandatário encaminha uma proposta (PLN 51/19) para restabelecer as deliberações. Consuma-se o golpe do parlamentarismo-gângster. Da janela, o inelegível assiste passivo às ignomínias. Foda-se a nação.

Em dezembro, a Emenda Constitucional 105 permite a transferência direta de até 50% de recursos das prebendas individuais aos entes federados, sem vinculação a finalidades específicas desde que 70% sejam para Obras. Para fechar, referenda o Orçamento de 2020 com as emendas impositivas do relator-geral (R\$ 30,1 bilhões) e comissões (R\$ 602 milhões). O despresidente repete a encenação e o Congresso abate o veto por 398 votos a 2 na Câmara dos Deputados. A matéria nem precisou ir ao Senado. Os bastardos inglórios do fisiologismo sentem-se então os abençoados donos do mundo.

Os privilégios

O *ethos* da transparência é substituído pelas artimanhas das oligarquias com desrespeito à soberania popular. A ascensão da extrema direita anunciava a tolerância e a preferência por uma opacidade na função presidencial, à época que apostou no palhaço sociopata. Já compunha o pacote das ilusões a recusa em debater e divulgar o programa para questões do meio ambiente, economia, indústria, emprego, moradia, universidade, ciência, cultura, igualdade de gênero, etnia e condição sexual.

Os *medias*, o agronegócio, o mega comércio varejista, as finanças não se importaram com a falta de informações e o silêncio calculado. O *Chicago boy* no Ministério da Economia e o juiz parcial na Justiça bastaram ao engajamento político e ideológico das classes dominantes. Sem titubear sequer diante do impiedoso negacionismo sobre a vacinação contra o Covid-19, na pandemia. A violência genocida do “Estado contra o Estado” reflete as perversas desigualdades do capitalismo periférico.

De um lado, há o Estado normativo (o Estado de direito e os preceitos constitucionais); de outro, há o Estado discricionário (o Estado paralelo, fora do princípio de legalidade). “O medo das elites e do Centrão é que o pobre acorde. Que realmente perceba que a história humana é a história da luta de classes”, proclamam os *influencers* na internet. Aqueles contrários às taxações de grandes fortunas, heranças bilionárias e movimentações financeiras dos super-ricos são escorraçados. É mentira que o discurso da polarização prejudique o povo; é ruim apenas para o seleto clube de 141 mil membros.

O que sacode a consciência dos comuns é a descoberta dos arranjos ocultos por trás da aparência de funcionamento satisfatório das instituições da República. A máscara da hipocrisia cai. Privilégios escancaram-se. Investidas criminosas amparadas na legislação de ocasião perdem a credibilidade. Responsáveis pela institucionalização do mal que assola a *Terra brasilis* são pegos em flagrante. Enfim, grilhões da escuridão quebram para, no horizonte, despontar o brilho da luz da esperança.

A visibilidade rompe a apatia. Quiçá reacenda a chama da rebeldia sem o antipetismo teleguiado e atire as flechas no alvo apropriado. O otimismo é necessário para a concretização da práxis coletiva revolucionária. Formulada por Norberto Bobbio, em *Democracia e segredo*, a noção de “governo da democracia como governo do poder público em público” desafia a zona proibida do *status quo*. “Público” no sentido de esfera contraposta ao privado e ação manifesta não encoberta, por um véu.

Arcana imperii

A crise da democracia liberal abarca o Estado: (a) com o antirrepublicanismo do Congresso em total desacordo com o juramento de cumprir a Constituição cidadã, não adaptá-la ao bel-prazer; (b) com o hiperindividualismo do Judiciário onde atos administrativos fazem, da carreira jurídica, trampolim para o enriquecimento pessoal às custas do Erário. O concurso não legitima o teor de procedimentos injuriosos à

retidão dos servidores públicos. Conforme o Tesouro Nacional, a instituição gasta 1,4% (80,2% com salários e encargos) do Produto Interno Bruto (PIB); a média em países desenvolvidos fica em volta de 0,3%. Não surpreende a opção pelo regime presidencialista, desde os idos de 1930.

Com foco nos desvios do Congresso na atual conjuntura, a virtude capaz de corrigir os vícios exige levar a sério o lema iluminista: “Ouse saber”. Isto é, tenha a audácia de fazer uso da inteligência. A resiliência começa com a mais elementar das liberdades: o uso público da palavra ao molde do que os antigos atenienses denominavam *parrhesia*, “a coragem para falar a verdade”. É o que as redes digitais reverberam, agora, com criatividade, indignação e empatia. Inútil trocar a água da piscina.

Elias Canetti, no tópico “O segredo” do livro *Massa e poder*, frisa: “O segredo está no núcleo do poder. Ninguém sabe o que sucede no seu interior”. Escondido ou mimetizado, faz-se presente na burocracia, tecnocracia, imprensa, igrejas, guerras, bancos, licitações, golpes, pedágios rodoviários, paraísos fiscais, fundos de pensão, bolsas de valores, relações internacionais, conluios da Lava Jato, monopólios de tecnologias das *Big Techs*. O secretismo é um método de dominação e manipulação. A democracia controla-o com os mecanismos legais, conquanto as regras costumem ter exceções.

A Suprema Corte adota a ética da balança na defesa do Estado de direito ao apontar os malfeitos dos *arcana imperii*, “os segredos do poder”. Vigiar e punir é do ofício. As atividades que se referem a prerrogativas da cidadania e não estão em harmonia com a publicidade são injustas, condenáveis. Não se submeter à contínua exposição significa flertar com a tirania. A representação política não pode ser exercida em sigilo, em conchavos de gabinetes, sem o crivo da opinião pública para dirimir dúvidas e contornar suspeições. Assim, com rigor, têm de ser apreciadas as decisões parlamentares.

A razão de Estado, em tese, abriga interesses políticos da pátria. Emendas impositivas reproduzem os expedientes das milícias na superestrutura, atendo-se aos interesses ilícitos de delinquentes para proveito pecuniário dos cargos alcançados nas urnas. São um caso de polícia, nada mais. Em suma, para se emancipar do autoritarismo colonial-escravista e desatar o nó do duplo Estado, o Brasil deve erguer – na luta cotidiana – uma sociedade democrática para conferir uma dignidade a todas e todos.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.

Compartilhe nas redes: